

USO RIBEIRINHO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA: A EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO POR MEIO DE ATIVIDADES (NEO) EXTRATIVISTAS, NO RIO MUANÁ – MARAJÓ.

Francinei Xavier da Silva Júnior ¹

Fabiano de Oliveira Bringel ²

Francisco Emerson Vale Costa ³

Resumo: A presente pesquisa analisa as transformações nas formas de vida ribeirinha frente ao avanço intensivo da produção de açaí em território de várzea, no rio Muaná, no Marajó. Essa pesquisa é pautada, principalmente, em uma análise qualitativa, descrevendo e enfatizando as especificidades do objeto de estudo em questão, contextualizando suas origens e sua importância social. A coleta de dados foi realizada por meio de análises bibliográficas e documentais, trabalhos de campo e entrevistas com agentes e sujeitos da pesquisa. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo é analisar como o trabalho exclusivo com o açaí influencia a biodiversidade e as formas de vida ribeirinha no rio Muaná, no Marajó. Conclui-se que a produção de açaí em larga escala tem provocado transformações profundas, tanto no território quanto nos modos de vida dessas populações. Destacam-se as mudanças no itinerário do trabalho ribeirinho, uma vez que os trabalhadores migram para as atividades que aparentemente lhes proporcionam maior renda, além das alterações na biodiversidade, já que o cultivo do açaí tem ocasionado a substituição de espécies no estuário amazônico.

Palavras-chaves: Amazônia; Comunidades Ribeirinhas, Extrativismo, apropriação, Muaná.

RIBERIAN USE OF NATURE IN THE AMAZON: THE EXPLORATION OF THE TERRITORY THROUGH (NEO) EXTRACTIVE ACTIVITIES, ON THE MUANÁ RIVER – MARAJÓ

Abstract: This research analyzes the transformations in riverside lifestyles due to the intensive expansion of açaí production in the floodplains of the Muaná River in Marajó. This research is primarily based on qualitative analysis, describing and emphasizing the specificities of the object of study, contextualizing its origins and social importance. Data collection was conducted through bibliographic and documentary analysis, fieldwork, and interviews with research participants and subjects. Thus, the main objective of this study is to analyze how exclusive work with açaí influences biodiversity and riverside lifestyles on the Muaná River in Marajó. The conclusion is that large-scale açaí production has brought about profound transformations both in the territory and in the ways of life of these populations. Changes in the riverside work itinerary are noteworthy, as workers migrate to activities that apparently provide them with greater income, in addition to changes in biodiversity, as açaí cultivation has caused the replacement of species in the Amazon estuary.

Keywords: Amazon; Riverside Communities, Extractivism, appropriation, Muaná.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. francinei.xdsjunior@aluno.uepa.br

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia – DGEO/UEPA. Doutor em Geografia pelo PPGE-UFPE. Professor permanente do PPGG/UEPA. fabianobringel@uepa.br

³ Professor de Geografia da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Doutor em Geografia e Professor Permanente do PPGG/UEPA. emersonvale@uepa.br



As comunidades ribeirinhas amazônicas possuem pontos em comum e pontos de diversidade entre si. Seja culturalmente, no sentido de se relacionar com a natureza através de saberes e práticas, repassados de geração em geração no interior da família, ou quer seja, na dimensão econômica dada pela organização social de sua produção. Essas dimensões, muitas vezes, não são levadas em consideração por suas identidades culturais, sendo ignoradas pelas instituições sociais e políticas do Estado, conforme nos aponta Talita Lira e Maria Chaves, quando nos dizem que:

[...] desde o período colonial, até os dias atuais, as políticas públicas viabilizadas trataram o espaço amazônico sem considerar as formas de vida e os saberes, historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelos mosaicos socioculturais que dão vida a região. (LIRA e CHAVES, 2016, p. 2)

Diante disso, o debate sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas é fundamental, não somente para sua compreensão sociocultural, mas essencialmente para a valorização socioterritorial e garantia dos direitos dessas comunidades frente ao avanço da fronteira neo-extrativista. Nesse sentido, o reconhecimento como povos ou comunidades tradicionais, apresenta garantias de direitos e ressalta a importância cultural das comunidades, a relação com o território onde vivem e com a natureza demonstram a condição natural de sua existência, conexão que sempre permeou a convivência entre as comunidades tradicionais e o seu ambiente.

De outra forma, a expansão capitalista, produtora de capital, segue os seus processos de acumulação por espoliação nesses territórios. Seja na compra de crédito de carbono por empresas poluentes nos países centrais, que comprem o crédito tentando compensar o ambiente por suas poluições no Sul Global.

As empresas responsáveis pelos projetos Redd+ obtêm créditos por meio de uma instituição certificadora ao buscar “comprovar” que, sem sua implementação, haveria desmatamento ou degradação da floresta, resultando na liberação de dióxido de carbono na atmosfera. Tais créditos são monetizados quando comprados por outras empresas ou nações, em especial do Norte global, que não conseguem ou não pretendem diminuir suas próprias emissões, e para tanto buscam adquirir um “direito de poluir” [...]— com isso, podem também gerar publicidade e atrair acionistas e consumidores ao se autopromoverem como defensores da conservação ambiental [...] (GOMES, 2025, p. 2).

Assim sendo, as instituições de incentivos, tanto privadas como públicas, são estratégicas para uma ótica de acumulação por espoliação e estratégicas para uma ótica preservacionista de natureza intocada. Tornando-se, também, importantes para se imprimir um vetor de pilhagem da natureza.

Nesse sentido, em primeiro lugar, temos o discurso sustentável que preza pela economia a partir da floresta em pé (Crédito de Carbono) e que quer acumular capital, obtendo para isso, entretanto, o signo/selo de preservação (selo verde), seja por incentivos de créditos ou por contratos. Por outro lado, temos a apropriação do território a partir de atividades extrativistas, seja essa do açaí, do cacau ou de outros derivados da floresta, que são incentivados por programas nacionais de incentivos à agricultura, como o PRONAF e Bancos nacionais e regionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o Banco da Amazônia (BASA).

As duas estratégias têm produzido consequências que, em alguns casos, negam a identidade territorial das comunidades tradicionais e suprem a polivalência do trabalho que a identidade ribeirinha representa. Para essas comunidades, a natureza é fonte de renda e essencial para seu autoconsumo, ligados culturalmente a elas, sendo esses sujeitos ativos cotidianamente no processo de socialização com a biodiversidade.

Nesse contexto, e retomando a ideia inicial, o incentivo por parte desses programas/instituições públicas e privadas visa a todo momento a extração da renda capitalizada, equivalentes dos processos de extração de mais-valia, negando a realidade dos modos de vida dessas populações tradicionais ribeirinhas.

Muitos programas de educação ambiental são fortemente viesados por percepções urbanas e elitistas do meio ambiente, e por questões do mundo urbano. Essa abordagem é incompleta e insuficiente para lidarmos com o complexo contexto dos esforços conservacionistas, no nosso país e fora dele. Ela negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. Ela negligencia os que nos alimentam. (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 2).

Dessa forma, perante as características que o ribeirinho possui (polivalência do trabalho e conversão/reconversão laboral de acordo com o período do ano), tratá-lo apenas por uma clivagem territorial é deixar de lado outras dimensões que sua cultura representa. Outrossim, a representatividade dada pelas formas de se relacionar com a natureza sempre foram motivos de admiração: O conhecimento empírico das marés, das formas de caçar e pescar, mas também de seus conhecimentos na agricultura e no extrativismo são verdadeiras aulas de versatilidade.

Ademais, os conhecimentos desenvolvidos cientificamente por instituições, na maioria das vezes, obtiveram-se a partir dos conhecimentos empíricos dos povos tradicionais, em

áreas ribeirinhas, são realizados testes agrícolas que visam a maior fertilização e produção de produtos como o açaí, que a partir de sua valorização e aumento da demanda (HOMMA, Et al. 2006) tem sido tratado como a mais nova *commodity* do mercado.

A forte demanda internacional e, conseqüentemente, o aumento do valor do açaí no mercado interno tem gerado mais do que simples especulações: vêm promovendo a predominância de uma única espécie, plantios homogêneos, e reformulando o sistema de agrobiodiversidade das comunidades ribeirinhas. Esse processo não ocorre de forma abrupta, mas gradualmente e de maneira constante, uma vez que a natureza tem seu próprio tempo e impõe limites, frequentemente transgredidos pelas técnicas e tecnologias de produção voltadas para monocultura exportadora. Além disso, a demanda crescente tem levado a sistemas produtivos que desenvolvem estratégias de incentivo à produção do açaí em áreas de várzea e também em áreas de terra firme, estímulos que se intensificam progressivamente ao longo dos anos, levando a homogeneização da paisagem e a monocultura exportadora.

Esses processos, associados as ações de fomento ao desenvolvimento de circuitos espaciais de produção baseados em manejos florestais, vêm causando grandes transformações nas práticas de vida ribeirinhas e implicações nas dimensões socioterritoriais.

Em vista disso, essa pesquisa é direcionada a analisar as transformações socioterritoriais do modo de vida ribeirinho, as mudanças no itinerário do trabalho, mas também as questões relacionadas à perda da polivalência de seu trabalho.

Para isso, é imprescindível o debate acerca das conseqüências que essas atividades, até então extrativistas, estão trazendo. É inquestionável o aumento dos níveis de renda que o circuito espacial de produção do açaí tem trazido para os ribeirinhos. Porém, levantam-se preocupações nas transformações das estruturas socioterritoriais e ambientais da unidade de produção familiar das comunidades ribeirinhas. Questionamentos como: quais são os pontos positivos para essas comunidades? Quais são os pontos negativos?

Desse modo, o principal objetivo dessa pesquisa é analisar como a especialização produtiva no açaí influencia a biodiversidade e as formas de vida ribeirinha no rio Muaná, no Marajó?

E como objetivos específicos, identificar as transformações socioterritoriais em comunidades ribeirinhas a partir do trabalho com açaí, e discutir o uso ribeirinho dos recursos da natureza e as diferentes territorialidades presentes na vida ribeirinha.

Procedimentos Metodológicos

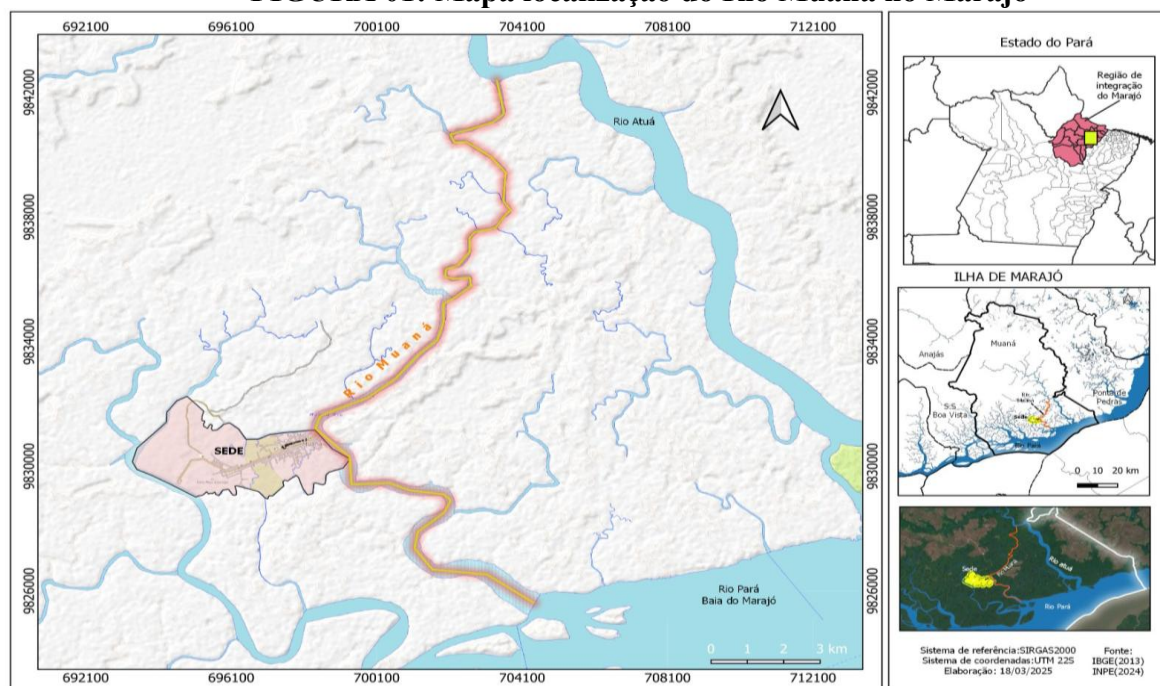
Em síntese, os procedimentos metodológicos da pesquisa estão divididos em cinco momentos: 1ª - revisão bibliográfica e documental, 2ª - definição do lócus, objeto e sujeitos da pesquisa, 3ª - pesquisa de campo e coleta de dados, 4ª - análise dos resultados e reflexões dos dados. E por último, 5ª - Discussões e apresentação das considerações finais.

No primeiro momento, nossa construção de pesquisa perpassou por uma ampla revisão bibliográfica. Na busca de artigos, livros e outras referências que visavam contribuir para o abastecimento teórico e, ao mesmo tempo, identificar o estado da arte de nossos conceitos e categorias operacionais. Discutimos, com isso, as categorias e conceitos que ponderam a temática, tais como: comunidades tradicionais ribeirinhas, apropriação territorial, identidade territorial, economia verde e (neo)extrativismo.

Essa pesquisa é pautada principalmente numa análise qualitativa, descrevendo e enfatizando as especificidades do objeto de estudo em questão, contextualizando suas origens e sua importância social. Outrossim, buscando analisar e entender como as comunidades ribeirinhas têm sido impactadas pela exploração da natureza perante o atual sistema de produção. Considerando os mediadores políticos, institucionais e sociais e outros que estão posicionados em lugares extremamente estratégicos para o entendimento das contradições que permeiam a questão. Nesse ínterim, isso passa por conversas com pessoas que exercem liderança na comunidade, como igrejas, sindicatos, associações e representantes das instituições incentivadoras na comunidade.

Ao longo da nossa análise, aplicamos alguns questionários estruturados e semiestruturados aos ribeirinhos na comunidade, por meio de uma mostra aleatória, que esclareçam minimamente os aspectos da vida territorial dos ribeirinhos e entrevistas abertas com os sujeitos da pesquisa. Outrossim, um dos instrumentos a que recorreremos em nossa pesquisa é a história oral dessas comunidades para se estabelecer um diálogo com seu itinerário social e técnico.

FIGURA 01: Mapa localização do Rio Muaná no Marajó



Fonte: IBGE, 2013.

Elaboração: Autores, 2025.

É importante mencionar que em boa parte do baixo Rio Muaná está presente, o Projeto assentamento extrativista Ilha Cajubinha (PAE ILHA CAJUUBINHA), atualmente comportando 182 assentamentos segundo dados do Incra.

FIGURA 02 - Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, ilha Cajubinha no rio Muaná.

	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento – DD Coordenação-Geral de Implantação – DDI – Sistema SIPRA	<i>Sistema SIPRA</i> <i>Fonte: DTI</i> <i>Relatório:</i> <i>Rel_rb_PNRA</i> <i>Data da Emissão:</i> <i>03/06/2025</i>
Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário.		
Total PAE ILHA CAJUUBINHA		182 beneficiários

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2025.

Para entendermos melhor a realidade da comunidade em questão, é crucial o entendimento acerca desses assentamentos presente na maior parte do objeto analisado durante a pesquisa.

Referencial Teórico

A Amazônia, desde o início dos relatos dos chamados naturalistas, com forte viés colonial, sempre foi vista pelo olhar exteriorizado, exógeno, palco ou almoxarifado colonialista, refletindo os interesses moderno-coloniais na região. Tratada e caracterizada como espaço rico em recursos naturais propícios para implementações de grandes projetos que perduram até os dias atuais, mas também como região de populações pobres e/ou subalternizadas (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Em síntese, a região amazônica é objeto de uma realidade moderno-colonial que se manifesta na colonialidade do saber, do poder, do ser e da natureza. Nesse ínterim, a expropriação e o empilhamento das riquezas naturais que a Amazônia contém por grupos hegemônicos têm impactado as formas culturais de vida dessas comunidades.

A exemplo das alterações que grupos hegemônicos têm causado, podemos citar o “sistema laboral” e a agrobiodiversidade dessas comunidades ribeirinhas, que a partir da valorização do açaí (*Euterpe oleracea*), tem transformado todo o itinerário do trabalho ribeirinho. Uma vez que, não se tem e nem se prioriza a polivalência das diferentes formas extrativistas, seja, na pesca ou na agricultura. Também, segundo Alfredo Homma, “O crescimento da demanda do fruto de açaí provocou grande interesse no manejo de açaizeiros nas áreas de várzeas e no plantio em áreas de terra firme.” (HOMMA, Et al., 2006, p. 9). Esse interesse, em ofertar a demanda necessária, tem transformado os modos de vida e as formas de se relacionar com a natureza, alterando o itinerário do trabalho ribeirinho e causando mudanças na agrobiodiversidade do ambiente ribeirinho.

De forma geral, a priori, o ribeirinho vivia culturalmente, simbolicamente, a partir da natureza, com uma grande versatilidade no sentido de relacionar-se com ela. E nesse sentido, as múltiplas formas de se relacionar com a natureza, seja, através da pesca, da caça, do extrativismo ou das lavouras, esse indivíduo ressaltava e exaltava sua identidade cultural e territorial.

Nesse sentido, a figura do “ser ribeirinho” não está associada apenas a uma atividade laboral ou a único tipo de agricultura, mas sim, as múltiplas formas de vivências com e a partir da natureza, autenticado pela polivalência e versatilidade ampla de “ser e fazer” ribeirinho, todavia, diferentemente do que vem acontecendo na prática em comunidades ribeirinhas.

Os saberes dos povos tradicionais demonstram o acúmulo de conhecimento que possuem secularmente. Conhecimento acumulado para lidar com os trópicos úmidos e as

diversas dificuldades encontradas no ambiente amazônico. As formas com que esses povos tradicionais e nesse caso os ribeirinhos lidam com a natureza (floresta, várzea, rio e terra firme), demonstram altos conhecimentos advindo de práticas ancestrais, que mesmo antes (no passado), já sabiam lidar, por exemplo, com as dinâmicas da várzea, mas também, com os períodos sazonais e principalmente no que diz respeito agricultura, pesca e caça.

Todo esse legado que hoje a humanidade pode apreciar, e talvez desfrutar, se deve a práticas econômicas que se mostraram compatíveis com a vida. Se a ideia, já tão poluída, de sustentabilidade pode ainda ter algum sentido digno, com certeza os saberes-fazeres dos amazônidas se mostram comprovadamente sustentáveis e num tempo de larga duração: mais de 10 mil anos! (MALHEIRO, *et al.* 2021, p. 209)

Ou seja, mesmo com a intervenção humana no sentido de utilizar a natureza para a vida há séculos no território amazônico, as formas praticadas por esses povos em seu cotidiano mostram-se ainda, sim, até os dias atuais, ecologicamente sustentáveis.

Os modos de vida dessas populações estão atrelados de maneira direta e indiretamente que são natureza tomando consciência de si mesma, dessa forma, “eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia.” (DIEGUES, 2007, p. 3).

Essas idealizações de modelos se configuram historicamente na região amazônica, desde os períodos coloniais com o ouro vermelho e as missões portuguesas de exploração, em seguida, com os militares e seus slogans, para além desses, as criações de polos de desenvolvimento para Amazônia (MALHEIRO, *et al.*, 2021). É nesse caminho, que um novo discurso baseado em numa suposta sustentabilidade e na “economia verde”, conhecido como “bioeconomia” decorrente de um ciclo de acumulação que se insinua na região. Outrossim, desenvolve-se, através do discurso de sustentabilidade e manutenção da identidade ribeirinha amazônica, a apropriação do trabalho e produção desses através do capital em forma de instrumentos, capacitação e pagamento em dinheiro. Porém, como assevera Martins (1986, p. 175), “[...] o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. ”, tanto o trabalho quanto a terra estão subordinados nessa relação; o que produz é o mesmo que é proprietário da terra, que sofre espoliação através extração da renda capitalizada da terra.

Com o crescimento da demanda do açaí (HOMMA, 2006), avança também o fenômeno da monopolização do território por empresas capitalistas que lançam mão de estratégias quando a quantidade de trabalho é maior que a produção/transformação no ciclo

econômico. O objetivo é a sujeição da renda da terra desses ribeirinhos à lógica da reprodução ampliada do capital. Neste caso, nos fala Marcos (2008, p. 196) e Oliveira (2005), o campo continua povoado por camponeses (ribeirinhos), só que agora subalternizados à lógica da indústria.

O território está para além do material, ou seja, tem sua dimensão imaterial. É isso que nos alerta Haesbaert (1997), nessa perspectiva o conceito de território é definido a partir de três dimensões: Jurídico-político, Cultural e Econômica. Sendo assim, a partir da apropriação por meio da pilhagem da natureza, há a negação do território, uma vez que a identidade desses povos está relacionada diretamente a própria natureza.

Infere-se então, que nessa relação dos trabalhadores ribeirinhos com os grandes projetos do capital, há apropriação e a dominação. Rebatendo tanto no seu modo de vida (subjetividade e cultura) quanto no seu modo de produção (relações de trabalho e relações com a natureza), uma vez que a monopolização do território pelo capital acarreta mudanças tanto nos sistemas de saberes como na organização e divisão do seu trabalho.

Portanto, com a expansão cada vez mais intensa de processo de cercamento dos bens da natureza e uma lógica de proletarização desses povos da floresta subjacente ao avanço de um modo capitalista de produção a estrutura do gênero de vida de povos, bem como seus aportes ligados às atividades econômicas são profundamente alteradas, causando transformações nos modos de vida e de produção dessas comunidades.

As múltiplas formas de uso da natureza no cotidiano ribeirinho

As formas de se relacionar com a natureza são repassadas tradicionalmente, no cotidiano familiar, de geração para geração, ensinamentos, saberes, mitos, práticas religiosas, práticas de agricultura, de entendimento das marés, das luas, da importância de manter os frutos nas árvores, os rios limpos etc. São exemplos de relações saudáveis do ser humano com a natureza, o respeito aos tempos da natureza ao tempo das árvores e da reprodução dos animais, demonstram a relação sustentável e consciente dessas comunidades.

É perceptível, nessa relação, a importância da ancestralidade indígena para essas comunidades, os modos de vida das comunidades ribeirinhas estão necessariamente ligados às práticas culturais indígenas.

O camponês ribeirinho que se formou desde o início do processo de colonização bebeu nessa fonte de inspiração que é o saber indígena que, como vimos, plasmou-se desde que a floresta passou a predominar no ambiente há mais de 10 mil anos. (MALHEIRO, *Et al.* 2021, p. 222)

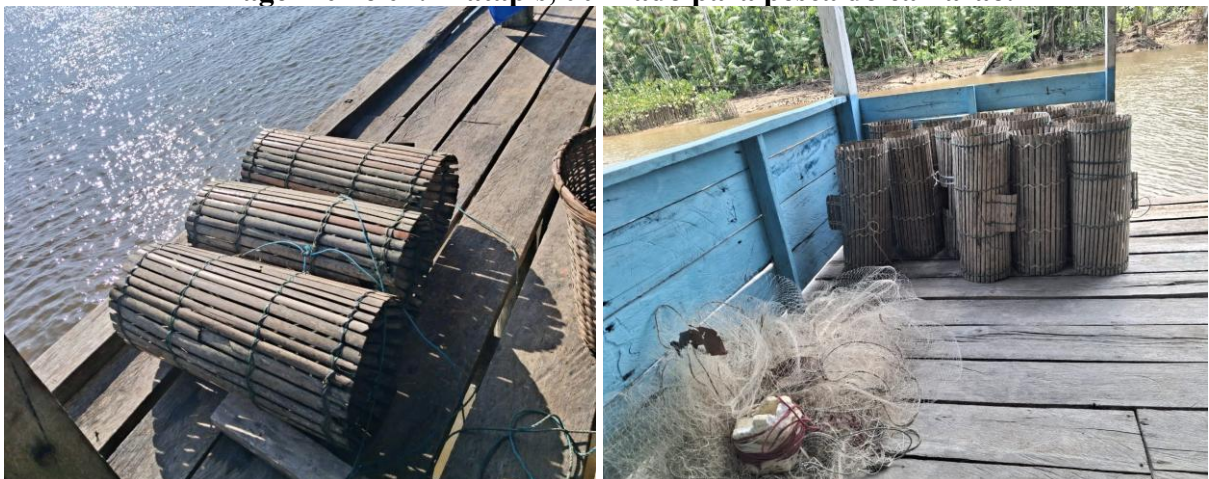
Na herança da cultura indígena que os ribeirinhos vivem e sobrevivem no estuário amazônico, a versatilidade de lidar com a natureza é desenvolvida através dessas práticas ancestrais culturais, mas também, aprimoradas pelos ribeirinhos a partir de seus usos. Esses modos de vida são repassados entre gerações nas famílias ribeirinhas, ligados principalmente para o autoconsumo e venda dos excedentes.

No rio Muaná, as práticas de artesanato, agricultura de corte e queima, trabalho em olarias e pesca artesanal eram as principais formas de trabalho e sustento das famílias ribeirinhas. O açaí, de início, era em sua grande quantidade para o autoconsumo e venda dos excedentes, entretanto, com o preço baixo no produto, não era a principal fonte de renda. Com isso, as famílias trabalhavam em olarias, roça, pesca, artesanato e na extração de madeiras. Alargando a plasticidade de seu trabalho.

Atualmente, poucas famílias ainda mantêm essas relações, que hora foram substituídas pelo trabalho com a produção do açaí, que avançou a partir da valorização no mercado nacional e global. Para tanto, o trabalho e as práticas dos modos de vida ribeirinho exigem todo um saber e entendimento do ambiente em que vive. A prática da pesca, por exemplo, é desenvolvida a partir dos conhecimentos das marés, do ambiente da pescaria e dos objetos para determinada pesca. À exemplo disso, ainda no rio Muaná, temos o *matapi* e o *cacuri*, instrumentos de pesca que detêm de todo um conhecimento ancestral para seu desenvolvimento.

A produção dos *matapis* e *cacuris* faz parte do artesanato ribeirinho, prática que é legado familiar, praticado por homens e mulheres, mas em grande parte por mulheres. O *matapi* é utilizado para a pesca do camarão e o *cacuri* na pesca de camarão e peixes, ambos feitos por talas de jacitara (*Desmoncus polyacanthos*) ou talas de jupati (*Raphia taedigera*).

Imagem 01 e 02: Matapis, utilizado para pesca do camarão.



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2025.

Os matapis são instrumentos desenvolvidos a partir da natureza para o uso dela, nesse caso, nos rios e igarapés. Sendo a principal forma de pescar o camarão no município de Muaná, faz parte das características básicas do “ser ribeirinho” presente cotidianamente nessas comunidades.

O cacuri é outro instrumento de pesca que, diferente dos matapis, vem sendo deixado de lado e até mesmo esquecido, pela substituição das práticas laborais no trabalho ribeirinho, bem pouco utilizado nos dias atuais. Os fazedores do cacuri são detentores de um conhecimento ancestral e peculiar, pois a produção necessita de um complexo entendimento da natureza, desde as escolhas dos materiais para confecção até os mínimos detalhes que fazem com que as armadilhas funcionem.

Imagens 03 e 04: Cacuri, armadilha para a pesca de peixes e camarão.



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2025.

A partir do avanço do circuito espacial de produção do açaí, muitos desses trabalhos artesanais foram profundamente alterados ou substituídos, o conhecimento empírico, voga ainda principalmente nos anciões, pessoas de mais idades, a nova geração ou mesmo os mais novos da comunidade, poucos sabem confeccionar um matapi e produzir um cacuri.

Diante disso, temos o risco de esquecimento ou apagamento das tradições ribeirinhas amazônicas. A pesca, por exemplo, ainda é realizada, entretanto, em grau muito inferior a outros momentos. Segundo alguns entrevistados no trabalho de campo, é bem mais fácil comprar o peixe, a carne, as frutas de marreteiros⁴ em seus portos com o dinheiro da produção do açaí do que ter que plantar e pescar.

O cara traz o peixe, a carne, as verduras na porta da casa, no meu porto, quem tem dinheiro vai preferir comprar, agora com açaí, todo mundo prefere

⁴

Expressão local para designar os comerciantes que agem no atravessamento da mercadoria.

comprar no porto, o peixe vem de fora e a gente compra mesmo assim.
(Entrevista A, realizada em 27 de agosto de 2025)

Portanto, há uma nova lógica de viver nas comunidades ribeirinhas diferentes de antigamente onde o ribeirinho era pescador, lavrador, agricultor etc., sua atividade laboral volta-se exclusivamente para a produção do açaí, tanto na colheita, quanto, no cuidado do açazal, pensando na produção seguinte. Temos, então, um processo de especialização produtiva em curso nessas comunidades.

A produção do açaí e as transformações no modo de vida ribeirinho

O trabalho com extrativismo do açaí está presente há muito tempo na vida dos ribeirinhos, mas se difere de tempos passados. E essa diferença se traduz na intensidade de exploração extrativista causada pelas grandes demandas capitalistas atuais. Conforme o produto vai atingindo novos mercados e em diferentes escalas, maior a demanda internacional, e consequentemente a necessidade de ofertar para esses mercados.

Tabela 01: Quantidade de Açaí produzido por toneladas em 1990, 2000, 2010 e 2020.

Variável - Quantidade produzida na extração vegetal								
Tipo de produto extrativo - 1.1 - Açaí (fruto)								
Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião o Geográfica e Município	Ano							
	1990		2000		2010		2020	
Brasil	120.795	Toneladas	121.800	Toneladas	124.421	Tonela- das	220.4 89	Toneladas
Pará	113.292	Toneladas	112.676	Toneladas	106.562	Tonela- das	149.6 71	Toneladas
Muaná	741	Toneladas	5.650	Toneladas	8.505	Tonela- das	6.500	Toneladas

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

A tabela 01, demonstra esse avanço na produção do açaí principalmente na escala de Brasil, onde em 1990, se produzia cerca de 120.795 toneladas de açaí, indo para 220.489 toneladas em 2020, ou seja, em trinta anos tivemos um aumento de 99.694 toneladas, o que representa um crescimento de aproximadamente de 82,55% da produção. Por tanto, esses dados evidenciam uma tendência de crescimento produtivo ao longo das três décadas analisadas.

Em síntese, a tabela 01 também apresenta crescimento Estadual e Municipal. Segundo os dados, o crescimento no Estado do Pará foi de 36.379 toneladas, ou seja, um crescimento

de aproximadamente 32,12%, indicando uma tendência de crescimento no período analisado. Na escala municipal, o crescimento de produção foi de 5.759 toneladas, que em termos percentuais equivale a 777,6%, aproximadamente 9 vezes mais entre 1990 e 2020.

Nesse contexto, podemos narrar que esse crescimento de produção é algo sistemático e até lógico a princípio. O que não se pode controlar dentro desse sistema é que a maior produção, que vem principalmente de território de várzea, tem um tempo e esse tempo é independente. Entretanto, o desenvolvimento de pesquisas incentivadas por instituições, como a EMBRAPA, pretende mudar essa realidade em virtude da grande demanda de produção, a partir de técnicas de manejo e intensificação da produção por meio da expansão da área de colheita levando exponencialmente a troca do açaí nativo por açaí cultivado. A Embrapa, já em 2005, reconhecia essa forte mudança no sistema produtivo:

O incremento das exportações vem provocando a escassez do produto e a elevação dos preços ao consumidor local, principalmente no período da entressafra, de janeiro a junho. O reflexo imediato da valorização do produto resultou na expansão de açais manejados, em áreas de várzeas, e estimulou a implantação de cultivos racionais em terra firme. Os dados mais recentes estimam em mais de 15 mil hectares de áreas manejadas e financiadas no Estado do Pará, gerando aproximadamente 2 mil empregos diretos. No agronegócio do açaí, no Pará, é estimado o envolvimento de 25 mil pessoas.” (NOGUEIRA, et al. 2005, p. 12 – 13)

Diante disso, para que a produção alcance ambos os períodos, tanto da safra como da entressafra, e que haja aumento na produção, são necessárias grandes quantidades de terras para a produção que se desenvolve a partir do manejo. De acordo com o “Guia prático de manejo de açais para a produção de frutos” da Embrapa, a prática de:

Manejar o ambiente florestal, para transformá-lo em açail, quer dizer combinar os açais com as demais espécies vegetais existentes na floresta utilizando-se de técnica, trabalho e consciência ecológica. Com operações certas de manejo o açail produz mais frutos, palmitos, madeiras e outros produtos com melhor qualidade.” (QUEIROZ e MOCHIUTTI 2001)

Em linhas gerais, seria criar uma combinação de espécies na mesma área, entretanto, a realidade que se vê nas áreas de várzea de Muana, está fora desse convênio “ecológico”, a prática de manejo de açail, tem sido empregada em substituição da agrobiodiversidade. O que de fato acontece é a retirada de outras espécies nativas como andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), ubuçuzeiro (*Manicaria saccifera*), Buritizeiro (*Mauritia Flexuosa*), Ucuubeira (*Virola surinamensis*) Pracaxizeiro (*Pentaclethra macroloba* Willd Kuntze) murumuzeiro (*Astrocaryum murumuru*), etc. Essa lógica está associada ao implemento

expansão e intensificação da produção do açaí em virtude das demandas do mercado internacional.

Dessa forma, não se tem somente a troca do açaí nativo por cultivado, mas também a substituição das espécies nativas existentes no ambiente, tais como as citadas acima. Essa troca avança cada vez mais nos ambientes produtivos de açaí nas várzeas, transformando o extrativismo em algo semelhante ao monocultivo.

Imagem 05: Predominância de açazais em área ribeirinha em Muaná



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2025.

A geograficidade do trabalho ribeirinho vem, também, se alterando pela ampla possibilidade de obtenção de renda com o circuito de produção do açaí que oferece, desde as confecções de paneiros, passando pela colheita, chegando aos atravessadores (comerciantes) até a entrega final do produto ao consumidor. O fato é que, em cada fase do circuito, o produto vai agregando valor, a entrega do açaí pelo produtor vai variar de acordo com a procura. Entretanto, os principais agentes responsáveis pelo valor da produção, são as fábricas processadoras do açaí in natura.

A exemplo de processadoras de açaí, temos a Sabor Açaí, Açaí Paraense, Açaí Nutrivida, todas do município de Abaetetuba (CABRAL, 2023). Além dessas, outras atuam em municípios vizinhos como Mocajuba, Igarapé-Miri e Cametá. Essas processadoras detêm o monopólio da produção e consequentemente da renda dessa produção. Deter o monopólio

da produção é deter o controle dos preços dentro do circuito produtivo. Algumas fábricas de processamento, ao perceberem o aumento da produção do açaí, combinam o fechamento das compras, ficando apenas trabalhando com os estoques. À medida que o preço da produção cai, as fábricas são reabertas, comprando o produto por um preço abaixo do valor inicial da produção.

É nesse sentido que acontece o processo de apropriação do território por empresas capitalistas, sem realmente estarem presentes no processo de produção *in natura*, o que se tem nesse caso é apropriação da renda da terra/natureza dos ribeirinhos por essas empresas.

A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. (OLIVEIRA, 2016, p. 10)

Dessa forma, é evidente o “poder” que essas fábricas/empresas detém, frente ao território ribeirinho, com isso, medidas alternativas devem ser tomadas, esse domínio territorial por empresas capitalistas, podem causar profundas mudanças socioespaciais para essas comunidades, aumentando sua vulnerabilidade social e econômica.

A busca incansável em ofertar as demandas necessárias ao mercado do açaí são exemplos de alterações nos modos de vida, ligados a necessidades de obtenção de renda, haja vista, os baixos índices de desenvolvimento humano na região. Podemos ver essas mudanças na fala dos entrevistados no trabalho de campo: “Agora o trabalho é só com açaí, preparar o mato, limpar e plantar, a nossa produção agora é açaí, o açaí é o alimento que está sendo procurado” (Entrevista D, 27 de agosto de 2025).

Em síntese, os fortes índices de baixa renda, os incentivos financeiros a produção, junto com a falta de organização coletiva das comunidades e perante a forte demanda do mercado, tem criado ambientes propícios à apropriação da renda dessas unidades de produção, seja de forma na forma de renda absoluta ou na forma diferencial.

Com a pesquisa de campo, foi possível mergulhar na realidade ribeirinha do rio Muaná e entender quais são as formas de pensamentos que os ribeirinhos têm constituído a partir da supervalorização do açaí e como isso tem afetado os modos de vida na comunidade.

As principais atividades laborais do trabalho ribeirinho no rio Muaná, como vimos em parágrafos anteriores, estavam principalmente antigamente ligadas à pesca artesanal, trabalho em olarias e agricultura familiar voltada para o autoconsumo.

O trabalho em olarias foi um dos primeiros a entrar em extinção na comunidade, considerado pela maioria como um trabalho precário, sem garantias e que pouco dava para se

manter. Segundo os mesmos, o ato de retirada de barro do rio ou igarapés e as queimadas dos tijolos em altas temperaturas eram o que mais os prejudicava fisicamente.

Meu filho, trabalhávamos muito em olarias, era um trabalho sacrificante um trabalho escravo, trabalho pesado que não saia produção, trabalho sacrificante, época mais ruim que nós tivemos foi essa época de trabalho em olaria. (Entrevista B, realizada em 27 de agosto de 2025.)

Na própria fala do entrevistado, é possível notar o quanto instável e precarizado era o trabalho nas olarias. Perante isso, é importante acenar esses fatores de exploração em trabalhos braçais como alguns dos motivos que contribuíram para as mudanças no itinerário do trabalho ribeirinho. O entrevistado B, ao falar de “produção” se refere à renda através do trabalho produzido por eles, que segundo o mesmo era baixo e quase não se via lucro. Mais adiante, ainda em entrevista, ao ser perguntado sobre o que mudou com a valorização do fruto do açaí, ele nos diz o seguinte:

olha rapaz, aqui na nossa ilha mudou muita coisa, muita coisa melhorou, nosso custo de vida melhorou mais, nosso ganha pão que tem uma produção boa, no nosso mato é feito manejo, mato que é só açaizal, no verão antigamente não tínhamos quase trabalho (Entrevista B, realizada em 27 de agosto de 2025.)

Ao falar das mudanças até então boas que o açaí vem trazendo, é possível fazer uma comparação entre a primeira fala e a segunda, onde com o trabalho de antigamente não se via renda (não tinha produção), mas com a valorização do açaí, melhorou o custo de vida e se tem produção (renda). Dessa forma, nota-se aos poucos as transformações culturais que as comunidades venham perpassando.

Além disso, os baixos índices de desenvolvimento humano no município e na região, dados pelas desigualdades sociais estruturais, incentivam também as mudanças na organização territorial ribeirinha. Essas desigualdades, marcadas por faltas de oportunidades, deixam a maioria das famílias nas comunidades sem escolhas para obtenção de renda, selecionando, dessa forma, o trabalho intensivo com a colheita de açaí, que, ademais, é superestimado por incentivos financeiros de créditos.

Portanto, a partir de nossa observação dos ribeirinhos produtores de açaí, é de que, quanto maior for a produção, maior o lucro (renda). Essa leitura sobre o trabalho com açaí é verbalizada pela maioria dos entrevistados da pesquisa, esse entendimento está atrelado, há poucas informações do circuito espacial de produção do açaí, principalmente quando se trabalha o papel das empresas/fábricas dentro desse processo. Mas também, pelos baixos índices de renda presente na região. Sendo assim, esses ribeirinhos buscam formas para melhorar a renda, mesmo que altere todo seu modo de vida, necessariamente porque esses

modos de vida e de produção desses povos estão relacionados numa relação sinérgica e orgânica com o ambiente em que vivem.

É nesse contexto que essa pesquisa abre novos parâmetros necessários e importantes para o território e campesinato ribeirinho. Sendo de suma importância a continuação de pesquisas acerca do assunto, onde seja levado em consideração as identidades territoriais e culturais dessas comunidades ribeirinhas, atentando-se para o risco da prática que vem com a perspectiva do melhoramento da qualidade de vida a partir de uma “bioeconomia” extrativista se apropriar da natureza e do território, explorando e des-territorializando as múltiplas formas do modo de vida ribeirinho.

Por fim, os principais resultados dessa pesquisa apontam que uso da natureza pelas comunidades ribeirinhas do Rio Muaná, no marajó, estão voltadas principalmente para a produção do açaí, que vem cada vez mais sendo intensificado por incentivos de créditos através do Pronaf e o Banco da Amazônia em parceria com a Embrapa e outros órgãos. Esse avanço intensivo e extensivo, tem causado transformações territoriais alterando as características do “ser ribeirinho”, o itinerário do seu trabalho e a biodiversidade.

Dessa forma, importante salientar que, mesmo com esses impactos na comunidade, há avanços significativos na obtenção de renda, e segundo os membros da comunidade melhorias substanciais na qualidade de vida, como também, medo da instabilidade do mercado do açaí pelos produtores, haja vista que esses não controlam o valor no final do produto, sendo controlado por empresas/fábricas processadoras da poupa do açaí.

Considerações Finais

O uso do território nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Marajoara pelo avanço capitalista do circuito espacial da produção do açaí tem causado modificações profundas na estrutura territorial e nos modos de vida ribeirinha. O seu trabalho é subsumido para sanar demandas do mercado do açaí, tendo como viés a obtenção de renda através da produção do açaí nas várzeas, todavia, para sanar a demanda indubitavelmente é necessário o aumento das áreas de colheita.

O crescimento dessas áreas de colheitas é resultado de plantios nas várzeas ou de manejos de açazais, entretanto, mesmo com os manejos florestais dito “sustentáveis”, observa-se a substituição de espécies que sempre estiveram presentes no estuário amazônico pelo plantio homogêneo tanto na várzea quanto na terra firme. Dessa forma, essas espécies substituídas, deixadas de lado ou retiradas pelo trabalho na colheita de açaí, têm trazido várias

questões acerca da produção intensiva e extensiva do açaí, reformulando o território e transformando a agrobiodiversidade ribeirinha.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para o debate sobre a produção do açaí em território de várzea, no Marajó, mas também na Amazônia. Haja vista, que o bioma, o clima e o ambiente são os melhores e mais favoráveis para intensificação da produção, considerando-se através de alternativas coletoras no interior da produção da agricultura familiar camponesa do açaí possa trazer a valorização do território, sem que haja, a apropriação do território pelo sistema capitalista de produção. Considerando, que uso da natureza pelo capital e por meio de atividades extrativistas como a produção do açaí, territorializa-se o capital e des-territorializa os ribeirinhos dessas comunidades, outrossim, a instabilidade no mercado e comércio do açaí, colocam as comunidades em risco de vulnerabilidades sociais e econômicas.

Portanto, a produção de açaí em larga escala tem trazido transformações profundas, tanto no território. Dentre elas, podemos destacar as mudanças no itinerário do trabalho ribeirinho, uma vez que, os mesmos mudam seu trabalho para as atividades que mais aparentemente os trará renda, do que continuar em outras atividades laborais, como a agricultura de corte e queima, na pesca ou lavoura.

Por fim, é crucial o reconhecimento das comunidades ribeirinhas e dos projetos de assentamentos, a negação ou falta de preocupação com as comunidades deixam-nas desprotegidas frente ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia. Por isso, é necessário políticas públicas, direcionadas especificamente para sanar os baixos índices de desenvolvimento humano nessa região amazônica, que visam, não, uma “agrocultura”, mas uma agricultura sustentável familiar biodiversa e camponesa.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

CABRAL, Corrêa Rayanni; **PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ**: Indicação Geográfica e a perspectiva do desenvolvimento territorial. Orientador: Dr. Benedito Ely Valente da Cruz (UEPA). 2023. Dissertação (mestrado) em Geografia, Programa de Pós-Graduação Em Geografia, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

COSTA, Rogério Haesbaert; HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização da agricultura brasileira. **Iandé Editorial**. <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO>, v. 20, p. 20, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. IN: **I Encontro Internacional: Governança da Água**. São Paulo, nov. 2007.

FURTADO, J.; RODRIGUES, J.; BINGEL, Fabiano de Oliveira. POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO RIBEIRINHO! Capitalismo e Natureza na Conversão e Reconversão Laboral em Comunidades Ribeirinhas em Abaetetuba – PA. **Curitiba: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios ISSN: 1980-4555

GOMES, Dérick Lima. O MERCADO DE CARBONO EM PORTEL (PA): UMA NOVA FORMA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL QUE APROFUNDA AS ANTIGAS. **III Simpósio Nacional de Geografia, ambiente e território**. Cidade de Goiás, 16 a 17 de junho de 2025. Anais [...] Cidade de Goiás, UEG, 2025.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, p. 125-147, 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. O diálogo com a floresta: qual é o limite da bioeconomia na Amazônia?. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e53011427555-e53011427555, 2022.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: ciência & desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 7-23, 2006.

MARCOS, Valéria. **Agricultura e Mercado: Impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano**. IN: TOMIASI, E; FABRINI, J; (ORGS). **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. Horizontes Amazônicos. **Para repensar o Brasil e o Mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2021.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

NOGUEIRA, Oscar Lameira. Figueiredo, Francisco José Câmara. **MÜLLER, Antonio Agostinho. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental**, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira – transformações recentes**. IN: ROSS, J.L.S. (ORG). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2015.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

QUEIROZ, J.A.L. de; MOCHIUTTI, S., org. **Guia prático de manejo de açaizais para produção de frutos**. Macapá: Embrapa Amapá, 2001. 24p. (Embrapa Amapá. Documentos, 26).